

Remolina Vargas, Gerardo. *Los fundamentos de una ilusión. ¿Dios y la religión, ilusión o realidad?* Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2016. 350p. ISBN: 978-958-716-944-7.

O sacerdote jesuíta espanhol Gerardo R. Vargas recolhe nesta obra sua experiência de mais de 30 anos como professor de Filosofia da Religião na Pontificia Universidade Javeriana. Por isso a compreende não como obra de investigação, mas antes de divulgação. Destina-se a todo público interessado no tema “Deus” e “Religião”, se inspira em vários autores e dialoga com outros tantos. O método transcendental de conhecimento, empregado por Bernard Lonergan, confere sistematicidade (em níveis crescentes de compreensão) à exposição desta tão ampla temática filosófico-teológica.

A obra inicia com a pergunta pelo conhecimento humano, pois disso depende o que venha a ser uma ilusão ou falsa crença. Em seguida, o autor aprofunda o conceito de “experiência” e, muito especialmente, o de experiência religiosa. A inteligência dessa experiência é tema do terceiro capítulo. O juízo da razão sobre a experiência religiosa realizada e a consequente deliberação/decisão acerca dela são expostos nos dois capítulos seguintes, respectivamente. O último capítulo tratará da relação entre experiência religiosa e religião. Cada uma das operações do processo cognitivo comporta o perigo de uma falsa ilusão. Em forma de teses, elas se apresentam assim: a) a ilusão do conhecimento é pensar que experimentar é conhecer; b) a ilusão da experiência é pensar que a certeza é a verdade; c) a ilusão da inteligência é pensar que entender é conhecer; d) a ilusão da razão é pensar que todo o real é racional e todo o racional é real; e) a ilusão da deliberação é pensar que sua decisão é infalível; f) a ilusão da religião consiste em pensar que ela esgota as relações do ser humano com Deus.

O autor alerta para o perigo da absolutização da religião que conduz ao fundamentalismo, fanatismo, dogmatismo, violência e exclusão. Não se trata de conceber Deus e a Religião como pura “ilusão” humana, mas de mostrar que os limites do conhecimento humano não permitem tratar Deus no seu insondável mistério como um objeto entre outros, nem fazer de uma experiência religiosa particular de relação com o Absoluto, a norma absoluta de toda experiência religiosa possível.

Luiz Carlos Sureki SJ

Sem sombra de dúvida, aquilo que se afirma ironicamente do “sentido comum” como sendo o menos comum dos sentidos pode ser dito do “bem comum”, este bem pode ser considerado como o menos comum dos bens. Descartado por uma lógica capitalista, centrada e orientada pelo princípio da acumulação ilimitada das riquezas, esta reflexão o apresenta como a condição necessária para a paz e o equilíbrio da sociedade. O estado global e local dos conflitos sociais, políticos, econômicos e culturais em que se encontra submergida a humanidade constitui a prova de seu esquecimento e o chamado urgente e dramático para colocá-lo no centro de toda atividade humana.

Esta obra se empenha em recuperar a centralidade do bem comum no campo mesmo do mercado no interior do sistema capitalista atual (neo-liberalismo). Gasda apela à possibilidade e à urgência de desenvolver uma ética empresarial sustentada nos valores cristãos. Esta tarefa é possível porque por trás de toda a organização empresarial existe uma gestão pessoal ou corporativa que se decide por valores e princípios (responsabilidade) ou pela lógica do lucro como finalidade última. Em palavras do autor: “A empresa, no sentido moderno da palavra, nasce com o capitalismo e designa uma entidade jurídica de caráter individual ou corporativa com fins lucrativos, organizada para oferecer bens e serviços no mercado. Os componentes materiais e as demais instâncias do capitalismo se encontram na empresa. Mas a *gestão da empresa*, assim como a do mercado, não se baseia unicamente na *mão invisível*, mas nas decisões de agentes econômicos: pessoas com valores, interesses e princípios. Existe uma *cultura de empresa*. O empresário tem a capacidade de modificar a natureza do mercado” (p.16-17).

O livro está dividido em três partes. A primeira está dedicada aos conceitos fundamentais: ética, economia, empresa, capitalismo, mercado. A ética sempre esteve na base das atividades do mercado, conceito anterior ao capitalismo e considerado um valor se orientado para o bem comum. A consciência atual percebe a necessidade da “interdependência” e reciprocidade destes conceitos e das atividades ligadas a eles: “O fim último da economia não está na economia, mas na sua destinação humana e comum” (p. 39). As novas tecnologias da comunicação abrem as portas para um modelo econômico colaborativo (“sharing economy”) onde a rentabilidade da empresa é concebida não somente como lucro (mentalidade hoje insustentável), mas em relação também com as dimensões humana, social, ambiental e ética: “no coração da economia colaborativa estão empresas e projetos que surgiram a partir de variações do compartilhamento: carros alimentos, serviços, moradia, informação, tecnologia... O lucro existe, mas não é o determinante. Tudo está voltado à criação e à prestação de serviços para uma comunidade de sentido”

(p. 81). A impossibilidade de desvincular a ética das atividades econômicas leva a considerar o princípio da responsabilidade empresarial, mas honrar este princípio significa entrar numa outra lógica segundo a qual o sucesso da empresa não está determinado unicamente por sua contabilidade financeira, mas na medida em que as decisões visam a dignidade humana, o bem comum e a responsabilidade ambiental (p. 123). O autor percorre as iniciativas, no mundo empresarial, que visam a instauração dum novo conceito de empresa segundo a lógica da responsabilidade e da necessária interdependência do tudo, a toda atividade econômica lhe é consubstancial um conteúdo ético.

A segunda parte do livro faz um percurso pelo magistério da Igreja e seu crescente interesse em colocar no centro deste ensinamento a importância do bem comum. Trata-se da contribuição do magistério social da Igreja no campo da empresa e da economia. Os diferentes documentos pontifícios vão chamar a atenção, segundo as urgências dos contextos, sobre a necessidade de pensar uma ética empresarial que preserve a competitividade, a dignidade da pessoa, o bem comum e a justiça social. A empresa é uma associação de pessoas (dimensão personalista) e portanto um espaço de liberdade com uma responsabilidade social: “no fator humano descansa a raiz da empresa” (p. 158). Destaca-se nesta contribuição do magistério social da Igreja a atenção prestada à dignidade humana e ao bem comum. De fato, afirma o autor, “a dignidade humana é o núcleo aglutinador da experiência ética da humanidade” (p. 166). Neste ponto a ética e a teologia se encontram. Esta dimensão estrutural do ser humano encontra seu fundamento bíblico no relato da criação, o ser humano feito à imagem e semelhança do criador pra viver em comunhão com ele. Da imagem e semelhança com Deus derivam a igualdade das pessoas, o valor inviolável da vida humana, o caráter sagrado de todo homem (172-173) e como consequência desta condição de criatura, o princípio do bem comum (176). Tudo está ao serviço do bem comum, o agir social, os poderes públicos, o Estado, a economia, a política, a empresa e a própria pessoa como indivíduo. Daqui derivam seu caráter público e universal. Ao estar determinado pela dignidade humana, o bem comum vai além do mero bem-estar econômico e social (p.184): “O bem comum possui uma dimensão relacional. Como tal, não é um bem simplesmente a ser repartido, não é um bem no qual o indivíduo toma uma parte, mas é um bem no qual se participa. O bem comum consiste, em primeiro lugar, na defesa e promoção dos direitos humanos. É força operativa da caridade” (p. 185). Dignidade humana e bem comum são os dois princípios articuladores de uma ética empresarial, mas é isso funcional? O autor responde esta pergunta apontando às possibilidades operacionais desde a empresa. A empresa tem a responsabilidade de produzir bens para satisfazer as necessidades reais das pessoas, ela não cria necessidades (consumismo), mas produz bons bens, bens que conseguem atingir a integridade do desenvolvimento humano. Este desafio coloca a empresa no caminho do bem comum, que por ser comum também alcança todos aqueles em situação de exclusão. Tudo isto coloca no centro do debate o tema da justiça e da justa distribuição dos bens: “Justiça e distribuição. A justiça está

no centro do debate. Através dela avalia-se o progresso e a consciência ética de uma sociedade” (p. 219). Propõe-se o princípio da subsidiariedade para que a sociedade não se desentenda do bem comum e para a elaboração de conteúdos de uma ética empresarial: “A subsidiariedade refere-se a todas as formas de associação ou agregações de tipo social, político, cultural, recreativo que permitem às pessoas um desenvolvimento social” (p. 244).

A terceira e última parte do livro está dedicada ao tema da espiritualidade. Trata-se de um intento de integração e articulação da dinâmica empresarial com os valores éticos que colocam a pessoa como fim e não como meio ao serviço de uma lógica de mercado preocupada pelo mero lucro. Em outras palavras, a espiritualidade surge como uma demanda de uma necessidade de articular a fé com a vida empresarial. Esta preocupação procura desenvolver uma mística na qual o empresário entende sua atividade como uma vocação que contribui e colabora no processo de humanização querido por Deus, participa-se na construção de um mundo mais humano. Trata-se de uma mística cotidiana que busca e encontra a Deus em todas as coisas. O trabalho não coloca entre parênteses a fé, mas, pelo contrario, ele se converte no lugar onde Deus é encontrado e esta sintonia com Deus humaniza e santifica o empresário (p. 272). Esta mística de encontrar a Deus em todas as coisas exige um discernimento constante por meio do qual a pessoa entra em contato com a sua consciência, com seus sentimentos e desejos mais profundos onde Deus comunica sua vontade: “O discernimento supõe um pensar honesto que pergunta, analisa, interpreta e volta a perguntar” (p. 282). Conforme a sua trajetória vital, o autor propõe o método inaciano para praticar este discernimento. Discernir e acolher a vontade de Deus implica entrar na dinâmica da humanização do mundo o que implica “uma espiritualidade marcada pela esperança ativa de que todo esforço de humanizar o mundo vale a pena” (p. 288). Esta terceira parte do livro termina com dois capítulos. No primeiro (cap. 3), Carmen Migueles vai colocar os desafios que enfrenta uma empresa orientada por valores e no segundo (cap. 4), Sérgio Cavalieri, no mesmo tom do capítulo anterior e de toda a argumentação da obra, vai falar do bem que as empresas podem fazer a partir de sua experiência concreta.

Em palavras do próprio autor, este livro está pensado para o público empresarial. Ele surge de conversas e cursos destinados a este público, dirige um olhar ético e religioso para a empresa. Do ponto de vista deste olhar, estabelece a necessidade de uma ética empresarial para implicar que sem dignidade humana e bem comum no horizonte todo bem é enganoso e aparente. Com modéstia, o autor afirma que se trata de uma modesta contribuição para o debate ético no campo empresarial controlado por pessoas de fé. Nesse sentido, sua leitura é indicada a empresários, leigos, filósofos, teólogos e a muitos outros.

*Eugenio Rivas SJ*